



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA

MUNICÍPIO DE LAGOA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA

-----Ata n.º 13/2022-----

-----Sessão Extraordinária de 2022-----

-----26 de outubro de 2022-----

-----Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Lagoa em Sessão Extraordinária, sob a presidência do Presidente da Assembleia Municipal em exercício de Lagoa Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato, coadjuvado por Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes e Maria Licínia Lourenço, respetivamente 1º Secretário e 2ª Secretária.-----

-----Estiveram presentes os seguintes Membros Municipais:-----

<b>NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA</b>	<b>FORÇA POLÍTICA</b>
José Joaquim Barroso Alves Pinto	Movimento Lagoa Primeiro
José Inácio Marques Eduardo	Partido Social Democrata
Luís Pedro Vieira Ribeiro	Partido Socialista
Carlos Manuel dos Reis Ramos	Partido Socialista
Sónia Cristina Afonso Silva	Partido Socialista
António Miguel Bicas Guerreiro	Chega
Joaquim José Martins Cabrita	Partido Social Democrata
João Pedro da Silva Nunes Oliveira	Movimento Lagoa Primeiro
Ricardo Jorge Braz da Silva	Partido Socialista
Maria Licínia Mendes Lourenço	Partido Socialista
Carla Isabel de Jesus Serol	Partido Socialista
Diamantino José Ernesto Ruivinho	Movimento Lagoa Primeiro
Elsa Maria Vieira Mendes	Partido Socialista
Telma Isabel Alberto Viana	Partido Social Democrata
Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos	Bloco de Esquerda



Tiago Manuel Valdire Lopes	Partido Socialista
João André Nascimento Cabrita	Coligação Democrática Unitária
Vitor Manuel Gonçalves dos Santos	Partido Socialista
Joaquim João Lopes Paulo	Presidente da União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (Partido Socialista)
Joaquim Dimas Neto Varela	Presidente da União de Freguesias de Estômbar e Parchal (Partido Socialista)
Luís José Soares Bentes	Presidente da Freguesia de Porches (Partido Socialista)
Luís Filipe dos Santos Alberto	Presidente da Freguesia de Ferragudo (Partido Socialista)

-----A Câmara Municipal de Lagoa esteve representada pelos seguintes elementos do executivo: -----

<b>NOMES</b>	<b>CARGO/FORÇA POLÍTICA</b>
Luís António Alves Encarnação	Presidente da Câmara Municipal (PS)
Anabela Simão Correia Rocha	Vice-Presidente da Câmara Municipal (PS)
Rita da Conceição Rocha dos Reis Ruivinho	Vereador sem pelouro (MLP)
Ana Cristina Tiago Martins	Vereadora (PS)
Ruben Patrício Infante Palma	Vereador (PS)
Mário José Costa Vieira	Vereador sem pelouro (PSD)
Mário Fernando Rodrigues Guerreiro	Vereador (PS)

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, desejou boa noite e as boas-vindas à sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 26 de outubro de 2022, saudando em seguida o senhor Presidente da Câmara Municipal, a senhora Vice-Presidente, as senhoras e senhores Vereadores, as senhoras e senhores deputados Municipais, os senhores jornalistas, os



senhores convidados, os cidadãos presentes, bem como aqueles que assistiam à sessão através das plataformas digitais Youtube e Facebook do município, assim como da Lagoa TV. Fez uma saudação e um agradecimento especial não só aos técnicos e funcionários do município que apoiavam aquela sessão e asseguravam as necessárias condições técnicas e de funcionamento garantindo a sua transmissão em direto, bem como à Dra. Ana Bigodinho e à Vera Zeferino, que continuavam a garantir e providenciar eficazmente todo o suporte administrativo. A Mesa advertiu que todos desligassem os telemóveis ou colocassem em modo de silêncio, por forma a não interferir no normal desenvolvimento dos trabalhos, bem como na qualidade da transmissão e da gravação da sessão. Informou que aquela sessão era transmitida em direto, gravada em suporte áudio e vídeo e a gravação da sessão publicada no site da Assembleia Municipal e no Youtube do município. Esclareceu que a gravação em suporte áudio destinava-se à elaboração da ata, destacando-se a não permissão de registo de som ou imagem sem autorização prévia da Mesa exceto para órgãos de comunicação social. Como ponto prévio, a Mesa, embora ciente da natureza daquela sessão da Assembleia Municipal e do seu enquadramento regimental, mas face à solicitação e disponibilidade da Câmara Municipal e por se tratar de uma temática de crucial importância para o concelho de Lagoa, propôs que fosse analisado e deliberado a inclusão como primeiro ponto à ordem de trabalhos com a seguinte redação: Apreciação sob proposta da Câmara Municipal do estudo sobre gestão patrimonial de infraestruturas pela empresa LUSÁGUA Serviços Ambientais, SA, abrindo desde logo o período para análise. Uma vez que não se registaram intervenções passou-se à votação da proposta da Mesa que foi aprovada por unanimidade. Explicou que face à decisão tomada, o ponto um teria a redação: Apreciação sob proposta da Câmara Municipal do estudo sobre gestão patrimonial de infraestruturas pela empresa LUSÁGUA, e todos os pontos previstos na ordem de trabalhos sofriam um acerto sequencial, passando o um a dois, o dois a três, o três a quatro e assim sucessivamente, sendo a ordem de trabalhos composta por doze pontos. Feitas as saudações, agradecimentos e também as advertências, declarou aberta a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 26 de outubro de 2022. Feita aquela breve introdução e fundamentação legal, deu-se início à Ordem de Trabalhos. -----

-----I – Período de Intervenção dos Cidadãos (ao abrigo do Art.26º n. º2 do regimento) ---



-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, esclareceu que de acordo com o regimento, artigo trinta e seis número dois das sessões extraordinárias, as intervenções de cidadãos deviam cingir-se aos assuntos da ordem de trabalhos e segundo as informações que tinha, dentro dos prazos previstos não se verificou nenhuma intenção de intervenção. Uma vez que não houve inscrições passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

-----**II – Período da Ordem do Dia:** -----

-----Substituição de deputados municipais-----

-----Observaram-se os seguintes pedidos de substituição, devidamente justificados: O Senhor Deputado Municipal **Nelson André Barroso Fernandes**, pelo Senhor Deputado Municipal **João André Nascimento Cabrita**, o Senhor Deputado Municipal **José Manuel Correia Águas da Cruz**, pelo Senhor Deputado Municipal **António José Cabrita Neves Nobre**, o Senhor Deputado Municipal **Victor Manuel Grades Martins Sobral**, pela Senhora Deputada Municipal **Sónia Cristina Afonso Silva**, a Senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão**, pelo Senhor Deputado Municipal **António Miguel Bicas Guerreiro**, o Senhor vereador **Francisco Martins**, pela Senhora vereadora **Rita Ruivinho**. -----

-----Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal do estudo sobre gestão patrimonial de infraestruturas, pela empresa LUSÁGUA Serviços Ambientais, SA. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação cumprimentou todos os presentes e disse que, antes de mais, iria fazer um pequeno enquadramento e muito rápido, relativamente àquela questão, para conhecimento da Assembleia, começando por esclarecer que podiam de facto apenas e só disponibilizar através da mesa aquele documento e iriam fazê-lo obviamente depois daquela apresentação, achando que era mais enriquecedor se houvesse uma apresentação por parte da técnica, pela engenheira Catarina que estava online à espera para fazer a apresentação de uma temática muito importante, do ponto de vista do executivo, para o concelho. Tal como já havia referido várias vezes naquela Assembleia, a estratégia relativamente àquilo que iriam fazer em relação aquela temática da água, foi começar por fazer um levantamento



exaustivo da realidade de Lagoa, uma espécie de estado da arte e posteriormente definir um plano estratégico, um plano tático e um plano operacional para perceberem exatamente o que é que iriam fazer, como iriam fazer e o que iriam gastar, esclarecendo que tinha sido isso que tinham encomendado naquele trabalho que tinha sido concluído no momento. Informou que aquele trabalho tinha sido apresentado em sede de reunião de Câmara na passada segunda-feira numa reunião extraordinária e tinham ali uma janela de oportunidade, que era, ou faziam aquela apresentação naquela Assembleia, ou perderiam aquela oportunidade, uma vez que a empresa estava a terminar a sua prestação de serviços e o documento estava finalizado. Agradeceu a disponibilidade que a Assembleia teve, no sentido de aceder a que pudessem fazer aquela apresentação, visto que a próxima reunião provavelmente só se iria realizar em novembro ou dezembro e, portanto, não haveria aquela possibilidade. Voltou a referir qual o objetivo e propósito do executivo em fazer aquela apresentação, tratando-se de uma temática muito importante do seu ponto de vista para o concelho de Lagoa, sendo a questão da água transversal não só a Lagoa como também ao Algarve e ao país. Disse, por um lado, que aquele trabalho e a proposta que ele apresentava iam para além daquela legislatura, «o plano estratégico tem um horizonte temporal de quinze a vinte anos, o plano tático tem um horizonte temporal de três a cinco anos e também poderá eventualmente ir para além desta legislatura e os planos operacionais são ano a ano», e por outro, que achava que aquela era uma matéria que devia envolver todas as forças políticas com assento na Assembleia e representadas no concelho de Lagoa, achando que fazia todo o sentido que houvesse a apresentação. Mostrou-se disponível para esclarecer todas as dúvidas que pudessem surgir no final da apresentação, tal como a engenheira Catarina. Afirmou que também estavam presentes naquela Assembleia a chefe de divisão, a senhora engenheira Dulce Nascimento e o dirigente Arlindo Bigodinho, responsável pelas águas e saneamento, que estariam disponíveis para esclarecer alguma questão que fosse colocada. -----

----- **Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo em seguida concedido a palavra à engenheira Catarina. -----

----- No uso da palavra concedida, a engenheira Catarina cumprimentou todos os presentes e começou por se apresentar. «o meu nome é Catarina Sousa, eu sou diretora de engenharia do grupo Aquapor e estou hoje aqui em representação da empresa LUSÁGUA, que é a



empresa do grupo que presta serviços ao mercado, serviços na área do ambiente». Explicou que foi coordenadora daquele estudo e de certa forma viria ali naquele dia sintetizar aquilo que foi um ano completo de trabalho em pleno conjunto com os técnicos do município que muito suportaram todo o estudo que iria ser apresentado naquele momento. Explicou que foi um estudo que se desenvolveu ao longo dos últimos doze meses nas três etapas que o senhor Presidente havia referido, ou seja, havia primeiro a elaboração de um plano estratégico que lhes dava a visão de longo prazo, um plano tático com uma visão de médio prazo e um plano operacional numa visão de curto prazo anual «que se cola aos ciclos anuais de gestão». Em termos de agenda, explicou que iria abreviar um bocadinho algumas fases, dando um contexto geral da metodologia por um lado e por outro iriam-se focar naquilo que eram as propostas de solução e de investimento para o município. Em seguida, disse que iria fazer um pequeno enquadramento, explicar o contexto do planeamento integrado no município, sendo claramente uma mais valia, falar um bocadinho de cada um dos planos, sintetizar com os principais resultados exetáveis e tecer algumas notas finais. Em termos de enquadramento, justificou a existência daquele conceito e da importância de pensarem na gestão patrimonial de infraestruturas, começando por referir que Portugal nas décadas de oitenta e noventa infraestruturou-se, havendo uma preocupação. Explicou que até 2013 todos os planos estratégicos que decorriam desde aquela altura tiveram a preocupação de infraestruturar o país e que a partir daquela altura tiveram o país praticamente todo infraestruturado, precisando efetivamente de se preocuparem com a gestão e promoção da qualidade e eficiência dos serviços. Afirmou que tinham um património para gerir e que tinham de se focar mais na gestão eficiente daquele património, referindo que era naquele sentido que surgia aquele tipo de estudo e de plano, como iria apresentar. Voltou a referir que o país tinha-se infraestruturado até chegar a um ponto de estabilidade, onde, praticamente, quer na água, quer no saneamento, tinham um país coberto felizmente por infraestruturas, podendo tirar partido delas e fazer com que elas funcionassem da melhor forma possível e de uma forma eficiente. Quanto à abordagem metodológica, disse que eram desenvolvidos três planos que tinham diferentes escalas. No primeiro, no plano estratégico olham para o sistema como um todo e definem as estratégias de longo prazo, enquanto que no plano tático é como se partissem um sistema em partes funcionais e tentassem identificar, localizar e quantificar a dimensão dos problemas e no nível operacional definem o que vão fazer no próximo ano. Relativamente aos níveis, esclareceu



que do estratégico resultavam estratégias, do tático táticas, «que são as principais ações num médio prazo» e no nível operacional, as ações de apenas um ano. Informou que aquele projeto era desafiante, visto envolver várias dimensões. Para além de ter três níveis de planeamento distintos envolve três tipos de competências, nomeadamente gestão, engenharia e informação. Referiu ainda que tentavam analisar todas as soluções em vertentes de desempenho de custo e risco, na perspetiva de na avaliação tentarem fazer a melhor seleção e priorização dos investimentos. Assegurou que qualquer um daqueles planos era integrado com o planeamento já existente no município, quer ao nível do planeamento estratégico, como tático e operacional, sendo feita a devida integração para garantir o desejável alinhamento entre as ferramentas existentes no município. Posteriormente falou nos três ciclos de planeamento, começando por referir que havia um plano onde se definiam as estratégias e depois iam desmontando o plano em partes, garantindo sempre o alinhamento desde o nível estratégico ao operacional. «na prática, o processo traduz exatamente para onde querem ir, onde estão», fazendo um diagnóstico exaustivo de todo o sistema e depois definindo estratégias e soluções que lhes permita chegar àquilo que é a proposta de objetivos e metas que assim definem. Posteriormente, apresentou um índice simples de um plano estratégico afirmando que os deputados iriam ter oportunidade de o ver em detalhe, centrado na definição de objetivos e caracterização de um sistema de avaliação, onde se apresentava o diagnóstico e a partir do mesmo definiam-se as principais estratégias que iriam ser implementadas aos níveis tático e operacional. Afirmou que estava naturalmente ligado à visão e missão do município, com toda a necessidade de garantir um desenvolvimento sustentável e integrado e também com a questão da rentabilização dos recursos financeiros, promoção da modernização dos serviços e virtualização da informação. «a informação é cada vez mais uma componente basilar da gestão, e nesse sentido tem efetivamente sentido que esteja alinhada neste tipo de processos». Esclareceu ainda que o processo de gestão patrimonial de infraestruturas no município de Lagoa estava centralizado na divisão de serviços públicos essenciais, designadamente no serviço de água e saneamento. Em termos de âmbito, afirmou que olharam para os ativos infraestruturais associados aos serviços, não só a instalações, como também todos os ativos lineares de água e redes de saneamento, olharam para os ativos humanos afetos à gestão dos serviços e olharam para os ativos tecnológicos. Em seguida, mostrou um quadro dando exemplos dos ativos lineares de água e saneamento, como o



património do município ao nível do abastecimento de água, toda a constituição, os ativos do saneamento, mais propriamente a sua constituição, as grandes bacias de águas pluviais, assim como a rede de água pluvial existente no município. Ao nível dos ativos humanos, contaram com cerca de trinta e nove colaboradores diversificados nas diferentes áreas e como principais ativos tecnológicos, selecionaram os sistemas de informação mais importantes. Como objetivos estratégicos para aquele plano, consideraram os três objetivos estratégicos definidos pela entidade reguladora ERSAR, designadamente a adequação da interface com o utilizador, naquele caso com o município, a sustentabilidade da gestão dos serviços e a sustentabilidade ambiental cada vez mais premente. No que respeita à avaliação, são definidos critérios de avaliação para a concretização de cada um daqueles objetivos que por sua vez se dividem em métricas que têm uma banda de referência que permite classificar e obter o diagnóstico dos serviços. Posteriormente, salientou os principais pontos que resultaram do diagnóstico, começando por referir que se tinha detetado que havia uma oportunidade de melhoria ao nível da resposta a reclamações e sugestões por parte do município ao nível dos serviços. Todo o diagnóstico foi sustentado numa avaliação dos últimos três anos, para garantir exatamente a sua coerência e a fiabilidade da informação. Disse ainda que a questão das inundações era também um assunto que devia ser olhado com mais algum cuidado e que outro ponto que tinham era a questão da água não faturada, que era uma preocupação do município, tal como já havia referido. «O Algarve está claramente na ordem do dia pela questão da seca». O assunto da problemática da água não faturada é uma problemática do país mas existe uma região como é o Algarve marcada pela seca, cerca de quarenta por cento de água não faturada é insustentável e acha que devem tentar promover aquela melhoria, que é uma preocupação do município e tem um conjunto de investimentos muito relevantes naquela área. No que toca aos ativos, verificaram que a infraestrutura estava envelhecida e carecia de reabilitação, uma vez que nos últimos anos não tinha tido qualquer reabilitação, tendo-se verificado o mesmo ao nível das águas residuais, «e o que isso quer dizer é que se partirem de uma infraestrutura que está envelhecida e se não fizerem qualquer investimento, a infraestrutura facilmente pode vir a colapsar e daí ser recomendável estar entre a banda do 04 e do 06, onde na prática o que se está a garantir é que o que estão a investir em nova infraestrutura, é o que vai compensar a depreciação da infraestrutura atual». Esclareceu que para terem um índice de valor de infraestrutura por volta do zero vírgula cinco que é o valor recomendável, devem





ter um investimento anual em reabilitação de cerca de oitocentos mil euros. Passando para os recursos humanos, achou que era importante referir que a equipa afeta aos serviços também estava envelhecida e que existiam também várias posições importantes de pessoas que se encontravam em idade de reforma e que devia, na perspetiva de ser um serviço essencial, ser garantida a sua continuidade e olhar-se para os recursos que eventualmente pudessem existir nas equipas operacionais por um lado, e por outro que se pensasse com algum tempo na formação daqueles recursos, bem como na sua capacitação para depois assumirem aquelas posições mais relevantes. Ao nível dos sistemas de informação, considerou-se que para aquele tipo de processo, existia também oportunidade de melhoria e que os sistemas deveriam ser melhorados designadamente ao nível das integrações. Falando nas perdas reais, quer no contexto de água não faturada global, quer no contexto de perdas reais de água, portanto perdas físicas, existe uma grande margem de melhoria, no sentido da sua redução. Em relação à eficiência energética das estações elevatórias, disse que aquela também deveria ser melhor apurada, uma vez que havia poucos dados que permitissem apurar aquele indicador. Acrescentou que fizeram uma análise SWOT, destacando que havia uma boa articulação do município nos diferentes tipos de instrumentos de planeamento existentes, «o município está praticamente coberto», achando que tinham efetivamente oportunidades de melhoria para explorar, assim como alguns pontos fracos que também teriam de conseguir vencer, designadamente ao nível do envelhecimento infraestrutural, terem elevados níveis de água não faturada, elevada taxa de ruturas com uma tendência crescente e haver a necessidade de melhorar alguns processos internos. Referiu que do plano estratégico saíam estratégias, tais como, «assegurar a continuidade dos serviços essenciais, quer em condições normais como em condições adversas, faz parte e está devidamente alinhado com a missão do município. Promover a sustentabilidade e integridade infraestrutural, promover a redução de perdas de água e a prevenção da poluição, designadamente ao nível de eventuais descargas que possam surgir, estando devidamente controladas, promover a eficiência dos recursos ambientais, designadamente água e energia e também a melhoria de alguns processos internos ao nível da gestão de reclamações, a gestão da informação e depois potenciar também este tipo de instrumentos, são instrumentos basilares também quando se pretende potenciar o acesso a fundos estruturais para financiamento de intervenções». Informou que aqueles planos eram complementados por um conjunto de ferramentas que permitiam a sua operacionalização,



garantindo que efetivamente os planos eram implementados não sendo só um documento em papel que ficava armazenado num armário, já que passavam para o terreno e seriam devidamente controlados e monitorizados. Passando para o plano tático, informou que a abordagem era muito semelhante e que iria fazer um trajeto muito rápido, salientando que ali a grande diferença era que em vez de olharem para o sistema global, olhavam para o sistema em cada um dos seus componentes, no sentido de identificar onde é que estavam os maiores problemas, a dimensão que tinham, para perceberem exatamente o que era prioritário. Os recursos são cada vez mais limitados, daí ser importante haver transparência de perceber onde é que é mais sustentável fazerem os investimentos e quais os investimentos prioritários, sendo naquele sentido aplicado um sistema de avaliação semelhante repartido por zonas, subsistemas e áreas de análise, ou por instalações que lhes permitem efetivamente perceber os problemas. Naquele slide, explicou que o que os deputados estavam a ver naquelas bolinhas eram todas as falhas de abastecimento de água que existiam no sistema nos últimos três anos, o que permitiria aos técnicos identificarem zonas críticas. Cruzando aquilo com as idades das condutas, encontrariam as bolsas onde se devia apostar prioritariamente na reabilitação. Esclareceu por um lado, que dali saia uma avaliação integrada, «para além daquele indicador de ocorrência de avarias em condutas juntam-se muitos outros indicadores, que permite uma avaliação multicritério», e por outro, que de apoio àquela avaliação multicritério, para garantirem que estavam efetivamente a priorizar o investimento da melhor forma, utilizavam um indicador de priorização que lhes permitia perceber que para além de estarem a investir num sistema que tinha um mau desempenho, estavam a investir num sistema com mau desempenho que era mais importante do ponto de vista da relevância que tinha para o município e para os munícipes do concelho de Lagoa. Mostrou exemplos referentes à análise apresentada anteriormente, de onde saíam as bolsas prioritárias de reabilitação, muitas delas coincidentes com a substituição de condutas em fibrocimento. Afirmou que a mesma análise era feita para as águas residuais. Para além da análise ao nível dos ativos lineares, portanto das redes e dos coletores, fizeram também uma avaliação de todas as infraestruturas ao nível de instalações, quer ao nível do abastecimento de água, como ao nível do saneamento, como é o caso da ETAR e identificaram-se todas as necessidades que eram efetivamente num cenário de curto, médio e longo prazo que deviam ser identificadas como intervenções necessárias. Olhando para aquela matriz, perceberam que na avaliação de recursos humanos, se deviam



situar na faixa verde, que era onde a adequação dos recursos era boa e de certa forma tinham recursos com a idade e capacitação adequada, e o que se permitia prever era que estavam exatamente naquela linha que estava a começar a ter recursos muito envelhecidos em termos de olhar na perspetiva da sustentabilidade dos serviços para aquela análise. Passando para outro slide, referiu que dividiram aquela análise por várias categorias para identificar as categorias especificamente mais relevantes e mais prioritárias. Ao nível do plano tático, que era o cerne da análise, disse que o que tinham era três tipos de táticas, táticas infraestruturais, táticas de operação e manutenção e não infraestruturais. As infraestruturais tinham tudo a ver com a reabilitação dos ativos, com remodelações do sistema na perspetiva de o tornar mais eficiente e com intervenções físicas para a redução de perdas de água, enquanto que as de operação e manutenção tinham a ver com melhorias em processos de gestão da manutenção nas infraestruturas e as não infraestruturais com os processos e com a parte da gestão da informação e com toda a melhoria que podia ser feita em termos procedimentais, como seja, por exemplo, ao nível dos processos de gestão de reclamações. O plano tático devidamente alinhado com o plano plurianual de investimentos do município, permitiu aos técnicos chegarem a um valor para os próximos cinco anos de cerca de dezoito milhões de euros, repartidos pelos três tipos de táticas naquelas proporções, achando que era normal que a maior parte do investimento estivesse focado nas táticas infraestruturais. Na repartição por estratégia e por ano, mostrou qual era a distribuição, referindo que o que se via ali era que ao nível dos primeiros anos, tinham uma aposta muito forte na eficiência dos recursos ambientais por via da questão das perdas de água e também era dada uma componente muito importante à sustentabilidade e integridade infraestrutural, uma vez que nos últimos anos não tinham reabilitado, tendo um conjunto de ativos que careciam efetivamente de reabilitação para que a sua sustentabilidade fosse garantida. Por outro lado, havia uma aposta clara naqueles dois, três primeiros anos, quer em reabilitação, quer ao nível da redução de perdas de água. Posteriormente, apresentou um slide onde constava o plano na prática, detalhado, em que ao nível de garantir a continuidade dos serviços se destacava a ampliação da reserva em sistemas estratégicos, como o sistema das Sesmarias e de Alporchinhas. Na questão da sustentabilidade infraestrutural foram identificadas em todas as categorias, quer nas captações, quer nos reservatórios, como nas condutas, onde deveriam ser efetuadas as reabilitações, com base na metodologia que tinha sido explicada anteriormente, e ao nível



da eficiência na prevenção da poluição, foi identificado como principal problema a questão da urbanização do Pintadinho, já conhecida, sendo inclusivamente uma questão que está a ser enquadrada com a APA, e que na opinião da técnica deverá ser resolvida rapidamente, adiantando que ao nível da eficiência dos recursos ambientais, encontravam-se todos os investimentos referentes às perdas de água. Passando para a distribuição geográfica, ligada a áreas de intervenção como a água e o saneamento, apresentou alguns mapas representativos da mesma. Ao nível das táticas de operação e manutenção, afirmou que a distribuição era semelhante, destacando a parte infraestrutural de toda a parte associada, ou seja, aquela onde exige menos. «é um valor muito inferior e tem mais a ver com a garantia da sustentabilidade e da manutenção das infraestruturas, ao nível dos sistemas de telegestão, da questão da implementação da monitorização das redes, pronto, é tudo, manutenção preventiva das redes, corretiva das redes, pronto, é tudo muito associado aos processos de manutenção das infraestruturas e não tão associado à questão da reabilitação». Ao nível das táticas não infraestruturais, destacou a melhoria de processos internos que com o apoio dos técnicos facilmente seriam melhorados. Explicou ainda que o plano operacional não era mais do que dizer todos os meses o que é que iriam fazer para garantir a concretização para o ano de 2023 de todas as ações que foram preconizadas no plano tático, existindo um conjunto de ferramentas que depois garantiam que ao monitorizar o plano operacional se estaria a garantir o cumprimento do plano tático e sucessivamente em alinhamento com o planeamento estratégico, e era isso que iria fazer com que se analisassem os desvios que eventualmente pudessem surgir, se percebesse porque é que estavam a ter aqueles desvios, de forma a retificá-los por um lado, e, por outro, garantindo a implementação do plano. Ao nível de resultados, informou que o município iria ficar com três planos, três horizontes temporais diferentes que iriam ser importantes ao nível da gestão de infraestruturas, que iriam passar também a ter uma definição, um objetivo sustentado nas prioridades de investimento e que iria ter uma maior facilidade no acesso a financiamento externo. Para além disso, iria permitir sustentar todos os planos de investimento portanto, os GOP para o ano 2022, «2023 já está alinhado» e nos próximos anos poderiam usar aqueles planos para poderem de certa forma sustentar os planos de investimento. como principal resultado, a técnica adiantou que o município iria ter uma melhor qualidade de serviço e de eficiência dos serviços aos munícipes. Como notas finais da sua apresentação, salientou que os resultados dos VPI estavam fortemente



condicionados pela forma como se levava o processo, sendo a recolha de dados e de informação muito importante, assim como a existência do foco e de recursos, daí a sua preocupação em estar a referir que era necessário olhar para as posições essenciais e de certa forma garantir a continuidade das mesmas nos serviços, que a implementação daquele tipo de processos só trazia mais-valias, melhorando a gestão dos serviços. Antes de terminar a apresentação, agradeceu à equipa que esteve com os técnicos naquele processo, designadamente a engenheira Dulce, o engenheiro Arlindo, a engenheira Telma e a engenheira Ana Manchinha que foram absolutamente incansáveis e que lhes possibilitaram desenvolver aquele trabalho da melhor forma possível. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, fez um agradecimento especial à apresentação eloquente da engenheira Catarina Sousa. Em seguida, declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo sido concedida a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim José Martins Cabrita** cumprimentou todos os presentes e disse que a sua intervenção iria ser curta, referindo que o grupo municipal do PSD, pela apresentação que ali tinha sido feita, só se podia congratular por o estudo ter sido mandado fazer, porque ele vinha provar exatamente a razão da sua argumentação há bastante tempo despendida e, portanto, se era preciso um estudo para convencer o executivo municipal a fazer o que tinha que fazer, pois ainda bem que aquele estudo tinha sido mandado fazer. Considerava evidente que tecnicamente o estudo tinha sido muito bem apresentado e sucintamente ali apresentado naquele dia, visto que focava os aspetos principais e aquilo que verdadeiramente importava. Concluiu a sua intervenção, afirmando que daquele estudo resultavam três evidências. A primeira, que era preciso investir. A segunda, que o município não tinha desculpas para investir e a terceira, que tinha ali uma boa referência para ver se cumpria ou não o dever que tinha que assumir. Disse que achavam que era de facto um bom instrumento para que, sem desculpas, se conferisse o que tinha que ser feito, achando que infelizmente punha em evidência aquilo que nos últimos anos tinha acontecido, que era não investirem naquilo que era absolutamente essencial, «como o estudo mostra é tão dramático quando corremos risco de rutura, se não investirmos, sendo certo que nalgumas das situações já estamos em rotura e já temos essas



evidências». Esperariam que o próximo e os seguintes orçamentos traduzissem aquilo que tinha que ser feito. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação, disse que iria procurar ser tão sintético como foi o senhor deputado Joaquim Cabrita, começando por dizer que não sabia se aquilo era uma deformação da sua vida profissional e académica, mas achava que antes de se intervirmos tinham que primeiro saber qual é que era o estado da arte. «Portanto, é muito fácil dizerem que têm variadíssimos problemas, mas importa conhecê-los e não os conheciam». Esclareceu que alguns daqueles problemas que ali tinham já existiam em 2013, quando chegaram à Câmara, muitos deles seguramente e, portanto, aquilo que queriam ali e com toda a transparência e foi o objetivo de terem encomendado aquele estudo era da seguinte forma, apresentar e dizer que aquele era o ponto de partida e não o ponto de chegada, sendo dali que queriam partir e começar a programar as suas estratégias de intervenção. Referiu que algumas das medidas que estavam preconizadas naquela apresentação já estavam a ser executadas pelo executivo, lembrando que naquele momento já estavam a executar e a fazer, estando a mais de cinquenta por cento, as ZMC, zonas de medição e controlo na freguesia de Porches, assim como candidaturas para rapidamente alargar aquelas zonas de medição e controlo a todo o concelho. Já substituíram condutas e até final do ano a conduta que abastece Ferragudo até à praia da Angrinha iria estar completamente substituída, «é uma conduta nova» e aquele investimento que ali foi definido para o ano 2023, na ordem dos oitocentos mil euros, estava também já a ser tratado para ser incluído no orçamento para 2023 e era isso que queriam e pretendiam com aquele estudo, saberem qual era o estado da arte, o que é que tinham que fazer e o caminho que queriam trilhar. Terminou a intervenção, assegurando que estariam lá para prestar contas como sempre. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e na ausência de mais inscrições avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos.--  
2º. Ponto – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização para a aquisição do prédio urbano, sito na Rua João Bentes Castel-Branco, na cidade de



Lagoa, União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro, com a área total de 967m<sup>2</sup>, sendo a área coberta de 317m<sup>2</sup> e a descoberta 650m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 220 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 3582, União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro, pelo valor de 745.000,00 €, prevista na alínea i) do n.º 1 do artº 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** afirmou tratar-se de um tema, um assunto que já tinha sido ali apresentado pela senhora Vice-Presidente que na altura representava a Câmara Municipal, aquando da discussão e aprovação da segunda revisão orçamental, julgando que a senhora Vice-Presidente já tinha explicado àquela Assembleia qual era o objetivo e propósito da Câmara relativamente àquele ponto. Mostrou-se disponível para esclarecer alguma dúvida que ainda subsistisse. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo sido concedida a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim José Martins Cabrita** disse que a sua intervenção ia ser sintética, realçando que já sabiam pela apresentação que foi feita e se bem compreendeu, esperando não estar em erro, um dos objetivos seria procurar e encontrar soluções de estacionamento alternativas para a praça que parecia uma praça. Perguntou se havia alguma ideia de potencialidades ou não, sendo aquela a sua questão concreta, uma vez que não sabia se tinha sido feito aquele estudo. Adiantou que se houvesse dez a mais já seria bom, pois tudo o que se conseguisse arranjar a mais para aquela zona renderia com certeza mais na opinião do deputado. Apelou a que desde a aquisição à utilização houvesse maior rapidez na ação, porque naquela zona o município adquiriu a antiga farmácia, aquele edifício e na altura chegou a chamar a atenção, pois parecia-lhe mal que tendo o município comprado o edifício, lá continuasse a publicidade e tudo mais, parecendo que aquilo estava ao abandono. Referiu que sabia que havia uma intenção, não sabendo ainda quando é que seria para concretizar ou não, de



outro edifício que era ali naquela zona, zona onde o município também tinha outro edifício mais acima. Achava que era bom que o município adquirisse e que se rentabilizasse, «porque o município tem duas obrigações. Uma, de ter preocupações de enquadramento estético, de preservação e às vezes os particulares não têm aquela preocupação tão sentida e escapa aos processos legais de poder exercer um controlo muito apertado, e o município para além daquilo que é o controlo legal, tem uma obrigação de preservação, de manutenção, de enquadramento e, portanto, isso já é uma vantagem. Por outro lado, sabemos a necessidade que há de alguns serviços e da revitalização que é preciso dar a este centro histórico da cidade e colocar serviços, aproveitar os edifícios para introduzir com eles vida no meio urbano, é sempre uma boa opção». Explicou que a recomendação era aquela, que se agisse rapidamente e não se ficasse só com a contemplação, aproveitando para questionar se o executivo tinha alguma ideia naquele momento quanto às potencialidades do espaço. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim José Barroso Alves Pinto. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim José Barroso Alves Pinto** cumprimentou todos os presentes e afirmou que a sua intervenção tinha duas emoções, uma de lamentação e outra de celebração. A lamentação era que sendo aquela reunião classificada como extraordinária, não havia Período Antes da Ordem do dia e por isso não poderia haver intervenções genéricas, mas sabendo disso, teria sido generoso por parte da Mesa da Assembleia, livrá-los daquele peso e ter apresentado uma qualquer homenagem pelo falecimento do professor Adriano Moreira. Explicou que não era adepto de minutos de silêncio, «porque não me parece uma celebração de vida mas sim uma celebração de morte e, portanto, qualquer referência à vida de um português como ele foi, com uma vida longa, honesta e íntegra, não deve passar em claro em qualquer Assembleia Municipal». Referiu que a celebração era para dar os parabéns ao senhor Presidente da Câmara pela aquisição daquele prédio urbano e pelo valor apresentado, pois era muito inferior ao que o atual proprietário vinha propondo à Câmara. «Parabéns esses, no princípio de que este é mesmo um valor e não há outros compromissos paralelos, como já se ouviu por aí em relação a outros terrenos do mesmo proprietário». -----





-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção, achando que a lamentação do deputado era perfeitamente perceptível, mas como se tratava de uma sessão extraordinária não havia Período Antes da Ordem do Dia. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação começou por responder à questão que foi colocada pelo senhor deputado Joaquim Cabrita, afirmando que as obras na farmácia já começaram. Informou os presentes que havia uma coisa a que não conseguia responder em função daquilo que era a conjuntura atual, que era quando é que estariam em condições de poder ter a obra concluída para aquele prédio que estavam a adquirir. Considera que não seria honesto nem consigo próprio nem com os deputados se lhes dissesse que iria estar no dia seguinte ou depois, porque, no momento, as incógnitas que tinham eram várias e, portanto, não o poderia fazer. Referiu que no fundo o senhor engenheiro Alves Pinto conhecia bem qual é que era o objetivo que o executivo tinha, já que ele estava na Câmara quando começaram a negociar a aquisição daquele prédio, isto é, concluir aquilo que era a determinação do executivo em tornar o centro da cidade um espaço mais atrativo, um espaço em que os cidadãos pudessem usufruir dele. O objetivo não era construir dez lugares de estacionamento. Disse que apesar do prédio ainda não ser da Câmara, os serviços técnicos estavam há algum tempo a fazer um estudo, para perceberem qual a capacidade máxima de estacionamento que lá podiam colocar. Clarificou que a ideia era retirar o estacionamento da rua e devolvê-lo aos cidadãos por um lado, e por outro, revitalizar aquela rua que bem merecia. Afirmou de forma muito convicta, para que não ficassem dúvidas nenhuma que aquela era a única negociação que tinham com aquele proprietário com quem estavam a negociar. Assegurou que não sabe o que se diz sobre o assunto, pois não tem a capacidade de acompanhar tudo aquilo que se diz. Garantiu que não havia qualquer outro compromisso nem qualquer outra negociação de índole nenhum com aquele proprietário. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e na ausência de mais inscrições procedeu-se à votação. Foi assim colocado à votação o segundo ponto, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização para a aquisição do prédio urbano, sito na Rua João Bentes Castel-Branco, na cidade de Lagoa, União de Freguesias de



Lagoa e Carvoeiro, com a área total de 967m<sup>2</sup>, sendo a área coberta de 317m<sup>2</sup> e a descoberta 650m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 220 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 3582, União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro, pelo valor de 745.000,00€, prevista na alínea i) do n.º 1 do artº 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

-----Na ausência de declarações de voto avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. 3º. Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização para celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências para a gestão da Casa Mortuária de Ferragudo, a celebrar entre o Município e a Junta de Freguesia de Ferragudo, prevista na alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação disse que a casa mortuária de Ferragudo era uma obra concluída, estando na freguesia de Ferragudo e destinando-se a servir o cemitério, naquilo que era o acompanhamento e o velório dos corpos, retirando aquela função do espaço que, na opinião, quer do executivo, quer da Junta de Freguesia de Ferragudo e dos ferragudenses, seguramente, não tinha a dignidade que merecia, porque funcionava naquele pequeno espaço da igreja de Ferragudo, daí terem avançado para aquela obra. Referiu que lhe parecia que numa lógica de subsidiariedade, melhoria da eficiência e eficácia do serviço prestado às populações, faria muito mais sentido que fosse a Junta de Freguesia a gerir aquele espaço, na medida em que também já tinha a gestão do cemitério, «a casa mortuária está construída mesmo defronte do cemitério, é só atravessar a rua». Afirmou querer que se aprovasse aquele procedimento e se fizesse aquele contrato interadministrativo de delegação de competências com a Junta de Freguesia de Ferragudo. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara municipal e declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo em seguida concedido a palavra à senhora deputada municipal Telma Isabel Alberto Viana. -----



Handwritten signature in blue ink.

-----No uso da palavra concedida, a senhora deputada municipal **Telma Isabel Alberto Viana** cumprimentou todos os presentes e disse que a bancada do PSD iria votar a favor, porque realmente achavam que fazia todo o sentido que fosse a Junta de Freguesia a ter a gestão da casa mortuária, uma vez que o cemitério se encontrava em frente e já debaixo da alçada da Junta de Freguesia. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e na ausência de mais inscrições procedeu-se à votação. Foi assim colocado à votação o terceiro ponto, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização para celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências para a gestão da Casa Mortuária de Ferragudo, a celebrar entre o Município e a Junta de Freguesia de Ferragudo, prevista na alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

-----Na ausência de declarações de voto avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. 4º. Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da nomeação do auditor externo, prevista n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação informou tratar-se de um procedimento habitual para aquela altura do ano, necessitando o executivo de nomear um auditor externo. Explicou que a sua proposta era que se mantivesse o mesmo que habitualmente fazia aquele trabalho com eles. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto. Não se tendo registado qualquer intervenção passou-se à votação. Foi assim colocado à votação o quarto ponto, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da nomeação do auditor externo, prevista n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

-----Deliberação: Aprovada por maioria com vinte e quatro (24) votos e uma (um) abstenção do Chega. -----



-----Na ausência de declarações de voto avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. 5º. Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para execução da empreitada de requalificação da rede de iluminação pública da Vila de Estômbar – Fase 3, no valor global de 233.064,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo de 11.653,20€ no ano de 2022 e 221.410,80€ no ano de 2023. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** disse que ia dar uma breve explicação acerca da proposta, começando por referir que lançaram no início do ano três procedimentos para darem continuidade àquela estratégia de irem paulatinamente substituindo a eliminação de vapor de mercúrio e vapor de sódio por tecnologia LED, estando a fazer as peças próprias com o investimento de fundos próprios da autarquia. Disse ainda que recusaram mais de uma dúzia de propostas que as empresas especialistas naquela área lhes fizeram, de poderem substituir toda a rede de uma só vez, ficando os benefícios associados àquela substituição para a empresa que lhes fazia a obra. Desde o início que o executivo recusou aquela estratégia, preferindo fazerem eles o investimento e com os benefícios financeiros que forem tendo, irem investindo. Explicou ainda que no início daquele ano lançaram três obras e que tiveram alguma dificuldade com elas. Adiantou que duas já estavam adjudicadas e começariam ainda naquele ano, nomeadamente a fase três de Ferragudo e a fase três de Porches e que aquela obra de Estômbar ficou deserta, não houve concorrentes numa primeira fase. Por isso, tiveram que a reformular e tiveram que voltar a lançá-la. Afirmou que aquilo era um plurianual. «as outras duas já cá tinham estado na anterior Assembleia para passarem a plurianual também. Esta provavelmente vai acontecer depois das outras duas». -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo em seguida concedido a palavra à senhora deputada municipal Telma Isabel Alberto Viana. -----



-----No uso da palavra concedida, a senhora deputada municipal **Telma Isabel Alberto Viana** disse que a questão que tinha a colocar era saber se aquela requalificação abrangia apenas a vila de Estômbar, ou se o Calvário estaria incluído e se não, qual era a previsão. ----

-----Luís António Alves Encarnação, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, respondeu que a do Parchal incluía a Bela Vista, a de Ferragudo a aldeia do Luís Francisco e a de Estômbar o Calvário e a Mexilhoeira da Carregação também. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, procedeu a palavra ao senhor deputado municipal António Miguel Bicas Guerreiro. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **António Miguel Bicas Guerreiro** cumprimentou todos os presentes e afirmou que as questões que ia colocar já tinham sido colocadas. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e na ausência de mais inscrições procedeu-se à votação. Foi assim colocado à votação o quinto ponto, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para execução da empreitada de requalificação da rede de iluminação pública da Vila de Estômbar – Fase 3, no valor global de 233.064,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo de 11.653,20€ no ano de 2022 e 221.410,80 € no ano de 2023. -----

-----Deliberação: aprovado por unanimidade. -----

-----Na ausência de declarações de voto avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. **6º. Ponto** – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para prestação de serviços de recolha de resíduos urbanos indiferenciados e de biorresíduos no concelho de Lagoa e lavagem de contentores, no valor global de 5.936.000,00€, com IVA incluído à taxa legal em vigor, sendo de 329.777,78€ no ano de 2023, 1.978.666,67€ no ano de 2024, 1.978.666,67€ no ano de 2025 e 1.648.888,88€ no ano de 2026.-----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta. -----



-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação propôs que se fizesse logo a apresentação dos dois pontos, já que eles tinham uma ligação entre si. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, propôs que a discussão daquele ponto fosse feita em conjunto e votado em separado. Não se tendo registado qualquer manifestação de voto contra, considerou-se a proposta de metodologia da Mesa aprovada. Em seguida, concedeu o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** referiu que o atual procedimento concursal para a prestação de serviços de recolha dos resíduos sólidos urbanos indiferenciados, sendo aquele termo o mais correto, e os biorresíduos terminava em outubro de 2023. Tendo em conta aquilo que são as atuais condições do mercado e também aquilo que são os vários constrangimentos que têm, parece-lhes avisado lançar e pedir já aquela autorização para o plurianual à Assembleia, para poderem desde já lançar o concurso público internacional, para que antes de o finalizar, daquele procedimento que têm a decorrer, tenham o próximo devidamente preparado. Deu nota que aquele procedimento incluía a aquisição de viaturas. Disse saber o quão moroso aquilo era nos dias que corriam com a dificuldade que havia dos mercados em fornecerem peças para as viaturas e as próprias viaturas, estando a fazer o processo com um horizonte temporal de um ano. Por outro lado, a nova legislação sobre aquela matéria obrigava a que todas as autarquias tivessem que se adaptar para que, até final de 2023, se passasse a fazer também uma recolha diferenciada relativamente aos biorresíduos, passando a ter num futuro muito próximo «para além dos indiferenciados, o lixo doméstico e os recicláveis, papel, cartão, plástico, metal e vidro, vão passar a ter um outro contentor para os biorresíduos». Informou os presentes que havia concelhos que já o estavam a fazer em termos piloto, como era o caso do concelho vizinho de Lagoa e que os cidadãos iriam ser convidados a fazer aquela separação em casa, «separar aquilo que é o lixo doméstico que vai para os indiferenciados, para além daqueles que, e muito bem, os cidadãos que muito bem têm aquela preocupação e fazem a reciclagem vão ter que também ter a preocupação de poderem fazer aquela diferenciação e colocarem aqueles lixos». Afirmou que não sabia qual iria ser o impacto e de que forma é que as pessoas iriam aderir àquele desafio, explicando que aquilo se iria aplicar não só no consumidor doméstico, mas também no consumidor



industrial/comercial, nos restaurantes de grosso modo. Acrescentou que aquilo que estão a fazer é, naquele procedimento que têm e que estão a lançar, vão também ter a recolha dos biorresíduos e estão a adquirir por lotes e de forma até muito conservadora, estando a investir cento e sessenta e cinco mil euros na aquisição daqueles contentores que serão para já contentores de superfície, para que depois no futuro eventualmente as novas ilhas ecológicas que começarem a construir já vão ter que ter aquela preocupação de ter também aquela separação em biorresíduos enterrados. Explicou que aquela questão do lixo era um desafio, não só para Lagoa, como também para a região, para o país e para o mundo e que muito em breve em sede de orçamento iriam ter que voltar a analisar aquilo, julgando que era sabido que a ALGAR aumentou brutalmente o preço por tonelada de lixo depositado na ALGAR, com uma justificação que durante muito tempo não foi aceite pela ERSAR, «até por muita insistência e já agora também porque a ALGAR estava à beira de ter dois resultados líquidos negativos e, portanto, significava que ficava em termos práticos em falência técnica e, portanto, isso seria um problema para o estado e para as autarquias, porque as autarquias detêm quarenta e nove por cento da mesma». Referiu que houve um aumento brutal do custo que era cobrado à autarquia pela tonelada que era depositada no aterro e que não fizeram repercutir aquele custo nos consumidores. Houve outros municípios que pensaram de outra maneira, Lagoa decidiu assumir em 2022 aquele custo e no estudo para o tarifário, daí o Presidente ter dito que em breve teriam que se debruçar sobre aquilo porque o tarifário teria que vir à próxima Assembleia para o poderem aprovar. Garantiu que as notícias eram boas no momento, sendo estudos preliminares, as notícias eram boas, mas era uma área em que aparentemente havia um superavit para a autarquia e não precisavam de repercutir tudo aquilo na fatura para o consumidor, mas de qualquer forma iriam ter que aumentar o preço da recolha do lixo. Em seguida apresentou a justificação pela forma como introduziu aquela questão, dizendo que era muito simples, a ALGAR aumentou o preço, mas manteve ou piorou a qualidade do serviço prestado. Pensou que devia transmitir aquilo àquela Assembleia, para que todas as senhoras e senhores deputados tivessem a consciência que estavam a pagar mais por um serviço pior. -----

----- **Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e declarou abertas as inscrições para a discussão daqueles pontos, tendo em seguida concedido a palavra ao senhor deputado municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----



-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** cumprimentou todos os presentes e disse que em relação àquele ponto, a prestação de serviços que a Câmara queria encomendar, um documento que foi à Câmara e que lhes foi ali apresentado, dizia que aquele serviço já foi prestado por trabalhadores da Câmara Municipal e que nos últimos anos isso não tinha sido. «a Câmara tem procurado abrir concursos para a aquisição daqueles serviços». Referiu que a Câmara procurava, porque quando havia concursos para a admissão de pessoal os concursos ficavam desertos, não sendo o número de vagas totalmente ocupadas e isso acabava por não responder ao que a Câmara necessitava. Acha que também têm que pensar que o estado acaba por pagar mal aos funcionários públicos, falando especificamente daquelas pessoas que são motoristas, que acabam por ter rendimentos muito inferiores aos que estão a ser pagos no privado, e aí claro que eles procuram mais depressa emprego nos privados do que realmente nas câmaras, daí a dificuldade. Considera ainda que o governo ou o estado, deveria procurar aumentar aqueles trabalhadores, por um lado, e por outro, que mediante o estudo económico apresentado para responderem a partir de 1 de novembro de 2023, o executivo precisa de trinta e dois funcionários, bem como de aquisição de viaturas para poderem responder. Esclareceu que com aquilo queria dizer que se continuassem a não admitir pessoal, o problema ir-se-ia arrastando e, portanto, teriam que adquirir aquele número de pessoas e viaturas. Afirmou que realmente a Câmara não tinha outra forma de realmente poder responder, para que a recolha dos resíduos ou do lixo fosse feita, assim como a limpeza das ruas. Terminou a intervenção, declarando que iria votar contra aquilo, mais propriamente contra o sistema que estava montado, pois achava que as pessoas deviam de ter um maior vencimento para realmente justificar o trabalho que faziam, «porque são motoristas com cartas de pesado que envolve algum financiamento individual e mais algumas situações que vêm por arrasto». -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção, e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal António Miguel Bicas Guerreiro. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **António Miguel Bicas Guerreiro** perguntou, uma vez que o investimento ia rondar os seis milhões de euros, se iria ou não existir um aumento do valor da taxa de resíduos urbanos nas faturas da água, considerando que atualmente metade do valor daquela fatura era para a Câmara Municipal





e direcionado para a recolha de resíduos urbanos. Outra questão, prendia-se com o facto de saber como era possível um concelho como Lagoa em breve ter apenas três motoristas para a recolha de resíduos, afirmando que naquele ponto referiam não haver interessados. Questionou por que motivo não abriam mais concursos. Disse que pelo que se verificava na página da Câmara Municipal, existiam bastantes interessados na categoria de assistente operacional em concursos a decorrer. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal João André Nascimento Cabrita.

No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **João André Nascimento Cabrita** cumprimentou todos os presentes e disse que de certa forma o ponto já tinha sido meio debatido pelo seu colega ali ao lado daquilo que iria mencionar, até porque segundo a ideologia da CDU, aquele grupo, e já era do conhecimento da Câmara Municipal, defendia que a Câmara podia e devia realizar aquele serviço sem que fosse necessário recorrer a prestação de serviços externos e nomeadamente a parte dos concursos. «se existem empresas externas que realmente conseguem adquirir os funcionários necessários porque é que a Câmara municipal não os consegue adquirir», possivelmente pelo motivo que já foi ali mencionado, os ordenados baixos que não cativavam as pessoas a querer naquele caso concorrer aos próprios empregos e postos. Referiu que tal como no passado, a Câmara Municipal já executou aquele tipo de serviço, por um lado, e por outro, que entendiam que deveria continuar a mantê-lo como tinha feito no passado. Face aos motivos apresentados, transmitiu que a bancada da CDU iria votar contra aquele ponto em questão, não o seguinte que estaria mencionado e junto. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim José Martins Cabrita** afirmou que era sabido que o PSD não tinha ali nenhuma teia ideológica, não achando que os serviços tivessem que ser prestados de forma pública ou de forma privada, mas sim bem prestados. Disse ainda que acha que em Portugal todos gostavam de ganhar mais e de viver melhor, o problema é que faz sentido atacar-se a Câmara no que é atacável, faz sentido criticar-se no que a Câmara tem margem de disponibilidade para agir e acham que não age. A Câmara não tem margem de disponibilidade para pagar o que quer, não tem



margem de disponibilidade para contratar quem quer, porque não pode fazer requisições civis. Considerou que tinham que reconhecer e aquilo é que era importante, que a Câmara tinha que se bater para que o serviço fosse um serviço bem prestado, falando naquilo que via no jardim 5 de Outubro uma vez que estava lá todos os dias, salientando que o serviço prestado até ao momento era um serviço com dignidade e qualidade e isso é que importava e urgia criticar, e já tinha transmitido aquela ideia na Assembleia Municipal. Por causa daquilo, achava, e ainda bem que o senhor Presidente tinha chamado a atenção para aquilo, que, de facto, de forma veemente, o executivo tinha que se bater junto da ALGAR para acabarem com os espetáculos que se viviam naquele concelho, sobretudo nos períodos de maior densidade populacional que era o verão. Pensa que não podem querer ser um destino de qualidade, andar pelo mundo a vender o país, a região e o concelho e depois terem os espetáculos que viram ali com escorrências nas ruas dos sítios mais turísticos, com os aglomerados de lixo ao fim-de-semana e às vezes já nem ao fim-de-semana e aquilo tinha que ser resolvido custasse o que custasse, «porque o turista quer lá saber quem é a ALGAR, o cidadão quer lá saber se é porque a Câmara não tem». Referiu que aquilo tinha que se resolver e, portanto, com concursos, sem concursos, com pressão, com veemência, aquilo é que importava que tivessem a qualidade do serviço, se a forma de garantir a qualidade do serviço e de todos por muito que aquilo pudesse custar. E por muito que gostassem que fosse um serviço prestado internamente, todos sabem que atualmente há serviços que não há condições, porque nem é só a questão do preço, é as condições de recrutamento. Disse ainda que era evidente e estar ali a fingir que a verdade não era o que era, achar que uma entidade privada tinha a mesma capacidade de recrutamento que a Câmara Municipal tinha «e, portanto, é por isso que a entidade privada que concorre consegue ter funcionários e consegue garantir o serviço, e a Câmara Municipal». Explicou que para um munícipe, para aqueles a quem estavam ali a defender, o que interessava era que a rua estivesse limpa, o lixo não estivesse lá e que os espetáculos a que infelizmente assistiram deixassem de existir, porque aquilo que o município tinha que fazer tinha que exigir que a ALGAR também fizesse, bem como todas as entidades envolvidas. -----

----- **Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal. -----



-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação começou por dizer que naquele ponto estava inteiramente de acordo com o senhor deputado Joaquim Cabrita, nem sempre estavam em desacordo e naquela matéria até lhe queria agradecer porque já abreviou a sua intervenção e já disse parte daquilo que ele queria dizer, afirmando que, para o executivo, havia uma coisa que era fundamental e o mais importante, prestarem um serviço público de qualidade com a maior eficácia, «porque são um concelho turístico, vivem do turismo, noventa a noventa e cinco por cento da sua atividade económica está direta ou indiretamente ligada ao turismo e a verdade é que quem visita o município, quem vem à sua casa, é como lá em casa de todos, entra para a sala e olha para a sala e vê como é que está, e a ideia que leva da casa é como é que ela está apresentada». Referiu que aquela era uma preocupação constante do município, pedindo para os deputados repararem que precisavam de trinta e dois operacionais como era dito para poder fazer aquele trabalho e nem tinham metade dos funcionários nos serviços da Câmara. A preocupação de terem que externalizar para garantir um serviço de qualidade às populações, nasceu a partir do momento em que analisaram e ainda nem era Presidente, era o Vice-Presidente e tinha o pelouro dos recursos humanos, com o anterior Presidente, com o Francisco, quando um dia se dirigiram ao serviço, começaram a olhar, a ver, e perceberam que a média etária era superior a cinquenta anos. Adiantou que a verdade era que não havia capacidade de renovação e era cada vez mais difícil. Perguntou ao deputado Miguel onde é que ele viu que havia tantos operacionais, porque abriram sete vagas para divisão de obras, e no dia 2 de novembro iriam entrar cinco. Estavam todos preenchidos, mas chegaram à conclusão de que havia concorrentes que estavam em primeiro lugar nos dois que eram os únicos, não podendo contratar os dois para o mesmo serviço, como era evidente. Voltou a frisar que era muito difícil contratar pessoas e que quando abrem um procedimento concursal para um técnico superior, têm cinquenta, sessenta candidatos, depende das áreas, mas de forma geral cinquenta, sessenta candidatos. Para assistentes técnicos, têm mais de uma centena, mas quando são assistentes operacionais o número é muito reduzido, levando três anos para conseguirem contratar um coveiro. Tal como o senhor deputado Joaquim Cabrita referiu, os salários eram uma variável que o executivo não conseguia trabalhar, não podendo pagar mais do que a lei determinava, pois não era possível e o que podiam fazer era pagar aquilo que a lei dizia. Aproveitou para informar a Assembleia que no mês de outubro todos os funcionários receberam um subsídio de



penosidade e insalubridade, como o Presidente já tinha dito, com retroativos a 1 de janeiro de 2021, ficando assim cumprido aquilo que era o compromisso da Câmara, e um direito que os trabalhadores tinham. Ficaram alguns de fora ainda, infelizmente, com muita pena sua. Disse assim que se tem reunido com os sindicatos e instigado os sindicatos a poderem argumentar e defender, porque há categorias que estão fora, e foi aquela uma das razões que os levou a ter esperança que aquilo se pudesse resolver. Achava que aquele era um bom incentivo, acreditando que não era suficiente, embora fosse justo reconhecer que tinha havido um aumento considerável sobretudo dos salários mais baixos, do salário mínimo nos últimos anos, de tal maneira, e aquele era outro problema que tinham, e importava também terem aquilo presente, que a diferença de salário entre o assistente operacional e o assistente técnico já não chegava a cinquenta euros. afirmou que estavam a assistir àquilo que era um problema em termos de salários da literatura e estavam no achatamento e aquilo era muito complexo e complicado. «estão a subir os ordenados mais baixos, mas os que estão acima não estão a acompanhar, e isto vai trazer um problema de motivação e vai trazer um problema depois mais tarde em termos de recrutamento e seleção de assistentes técnicos». Para aquela matéria o que o Presidente queria dizer é que era fundamental que a autarquia fizesse aquela externalização, gostasse-se ou não, dependendo aquilo de uma questão ideológica que estava ali bem clara pela posição que as bancadas tomaram, tendo o Presidente também as suas, obviamente. Saliu que o que importava ali não era dizer qual a sua ideologia política relativamente àquelas questões dos salários, mas sim garantir que o município de Lagoa prestasse um serviço de qualidade aos seus cidadãos, «e de facto é verdadeiramente inaceitável que a ALGAR lhes cobre cada vez mais e que no dia-a-dia, os contentores que são recolhidos por aquela prestação de serviços e pelo seu pessoal, porque o pessoal continua a trabalhar, continuam a fazer também serviços. É feita com eficácia e de uma forma geral, como o senhor deputado já disse, tem uma boa qualidade». afirmou que importava ali esclarecer que os contentores que eram recolhidos pela ALGAR só podiam ser recolhidos naquele momento pela ALGAR por despacho governamental, que na verdade já tinha mais de trinta anos mas continuava em vigor, quer do ponto de vista jurídico, quer do ponto de vista técnico, porque as viaturas do município não tinham capacidade. «Ainda que quiséssemos recolher o papel, o cartão, o plástico, o metal e o vidro não conseguimos, porque as nossas viaturas têm um sistema diferente e não o conseguem retirar», explicando que aquilo que fazem é, no verão, nos períodos de maior pressão, é andarem ali a tapar o sol



af.  
e

com a peneira, como se costuma dizer, vão à envolvente, e os serviços fazem aquilo, recolhem o que lá está, abrem as tampas, retiram aquilo que está a impedir que vá lá para baixo, na expectativa de que caiba ali mais qualquer coisa até chegar o camião da ALGAR. «Na maior parte das vezes o que acontece é que quando os serviços vão embora, basta só vir o primeiro, põem lá um saco e acabou, ficou cheio, a seguir vai tudo para o chão». Referiu que aquela era uma questão que tinham que continuar a pressionar a ALGAR, estando já a dar alguns frutos, porque a ALGAR já estava disponível por um lado, e por outro, já estava a propor às autarquias estabelecer um contrato com elas, para passarem a ser as autarquias a poder colher também aqueles recicláveis. Como os deputados deviam calcular, o município também tinha que acautelar os seus interesses financeiros, «porque aquilo é a matéria-prima deles portanto, e se é a matéria-prima deles, não lhes vamos entregar a matéria-prima, porque temos uma questão para resolver, que é a qualidade do serviço que prestamos, para depois eles pegarem naquele material, venderem e terem os proveitos. Portanto, isto não pode ser assim». Antes de terminar a sua intervenção, alertou que aquilo ainda iria levar alguma discussão. -----

----- **Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e na ausência de mais inscrições procedeu-se à votação. Foi assim colocado à votação o sexto ponto, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para prestação de serviços de recolha de resíduos urbanos indiferenciados e de biorresíduos no concelho de Lagoa e lavagem de contentores, no valor global de 5.936.000,00€, com IVA incluído à taxa legal em vigor, sendo de 329.777,78€ no ano de 2023, 1.978.666,67€ no ano de 2024, 1.978.666,67€ no ano de 2025 e 1.648.888,88€ no ano de 2026. -----

-----Deliberação: Aprovada por maioria, com vinte e três (23) votos a favor (PS 16, PSD 3, MLP 3, Chega 1) e dois (2) votos contra (CDU 1 e BE 1). -----

-----Em seguida, procedeu-se à votação do sétimo ponto, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para aquisição de contentores e equipamentos para recolha de biorresíduos, no



valor global de 165.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo a despesa realizada no ano de 2023. -----

-----Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

Na ausência de declarações de voto avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. 8º. Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para execução da empreitada de instalação de sistema de iluminação desportiva no campo Capitão Josino da Costa, no valor global de 255.240,92€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo a despesa realizada no ano de 2023. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** referiu que o estádio Capitão Josino da Costa tinha a gestão por comodato do município de lagoa, tendo um relvado em excelentes condições. Contudo, tinha uma iluminação muito deficiente. Fez uma brincadeira relacionada com a iluminação do estádio, achando que os lagoenses e os adeptos do grupo desportivo de Lagoa não o levariam a mal, onde afirmou que a época não estava a correr muito bem, apesar das expetativas, e achava que aquilo era porque jogavam de dia, porque se jogassem à noite estariam em primeiro lugar de certeza, «porque pelas condições em que treinam deve ser o único grupo que conseguia jogar e ganhar o jogo». Disse por um lado que estavam com muitas dificuldades e que era urgente fazerem aquela intervenção, dotando o campo de iluminação, porque cinquenta anos era um período considerável que tinham a gestão do campo, e por outro que aquele espaço estava disponível para servir outra estratégia que o município tinha, que era acolher os estágios desportivos, tendo já todas as condições exceto os balneários. A iluminação era um problema que não era tão significativo no verão, ao contrário do período de inverno, visto que às cinco e meia, seis horas já era noite, sendo praticamente impossível utilizar o estádio. Houve ali um problema técnico que já estava resolvido, relativamente a onde é que ficavam colocadas as torres de iluminação, uma vez que não podiam ficar no campo como era evidente «iluminam é o campo». Como aquela parte estava resolvida, considerou que estavam reunidas as condições para que pudessem lançar aquela



empreitada e dotar a iluminação do estádio Capitão Josino da Costa com quinhentos lux de iluminação, «para terem uma ideia é metade do estado da Bela Vista, mas já é perfeitamente suficiente por exemplo para fazer um jogo da taça de Portugal, se isso irá acontecer com uma transmissão televisiva. O da Bela Vista está preparado para transmissões internacionais e para provas muito específicas de atletismo e, portanto, não precisamos de tanto». -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto. Não se tendo registado qualquer intervenção passou-se à votação. Foi assim colocado à votação o oitavo ponto, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para execução da empreitada de instalação de sistema de iluminação desportiva no campo Capitão Josino da Costa, no valor global de 255.240,92€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo a despesa realizada no ano de 2023. -----

Deliberação, aprovada por maioria, com vinte e três (23) votos a favor e uma (um) abstenção do Chega. -----

-----Na ausência de declarações de voto avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. 9º. Ponto - Apreciação da deliberação da Câmara Municipal n.º 1429, de 18 de outubro de 2022, de revogação da deliberação n.º 1365, de 4 de outubro de 2022, relativo ao concurso público para execução da empreitada de construção e beneficiação de estradas e caminhos municipais. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação propôs que se fizesse a apresentação dos pontos nove e dez, porque no fundo eram a mesma coisa. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, propôs que a discussão daquele ponto fosse feita em conjunto e votado em separado. Não se tendo registado qualquer manifestação de voto



contra, considerou-se a proposta de metodologia da Mesa aprovada. Em seguida, concedeu o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação**, começou por dizer com o devido respeito pelo Presidente em exercício da Assembleia, que o ponto dez não tinha sequer votação, pois no fundo aquela Assembleia não precisava de revogar algo que nunca chegou a aprovar. Em seguida explicou o que se passava relativamente àquele ponto, afirmando que na reunião de Câmara do dia 4 de outubro, aprovaram uma proposta para que aquele procedimento que já vinha do ano 2021 e era suposto que acabasse todo no ano 2021. Não conseguiram fazê-lo e, portanto, tiveram que fazer um pedido de plurianual para que passasse também para o ano 2022. Acha que são conhecidas as dificuldades que atualmente têm para se realizar obra, sendo mesmo muito difícil e há áreas em que aquilo começa a ser quase impossível, como é o caso daquela dos asfaltamentos dos caminhos, visto ser uma área muito crítica. Depois de terem feito aquela aprovação, o empreiteiro que tinha a obra adjudicada, disse-lhes que naquelas condições iria ter que desistir, porque não a conseguia fazer, porque iria ter que aproveitar, quando viesse fazer umas obras na via do Infante, ficando aquela via a ter obras de melhoria. E então por uma questão de gestão, para poder rentabilizar e para poder efetivamente não perder dinheiro com a obra, termo utilizado pelo empreiteiro, iria ter que usar os recursos porque vinha de longe e fazer a obra por aquela altura, e aquilo obrigava obviamente a que tivessem que fazer um plurianual não para 2022, mas sim para 2023, porque era uma obra importante, ainda era um valor considerável e tinham uma série de estradas e caminhos que importava beneficiar. Por isso, aquilo que fizeram na reunião do dia 18 de outubro, foi revogar a deliberação que tinham tomado no dia 4 e aí sim aprovar um plurianual para 2023, «porque o empreiteiro diz que só consegue ter a obra acabada até ao final do primeiro trimestre de 2023, agora sim trazer à Assembleia, para que nos termos da lei as senhoras e os senhores deputados possam apreciar, votar e autorizar aquele plurianual para que se faça aquela obra».

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto. Não se tendo registado qualquer intervenção passou-se à votação. Foi assim colocado à votação o nono ponto, Apreciação da deliberação da Câmara Municipal n.º 1429, de 18 de outubro de 2022, de





revogação da deliberação n.º 1365, de 4 de outubro de 2022, relativo ao concurso público para execução da empreitada de construção e beneficiação de estradas e caminhos municipais. -----

-----Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

-----Em seguida, procedeu-se à votação do décimo ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para execução da empreitada de construção e beneficiação de estradas e caminhos municipais, no valor global de 434.623,53€, com IVA incluído à taxa legal em vigor, sendo de 217.311,77€ no ano de 2022 e 217.311,76 € no ano de 2023. -----

-----Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

-----Na ausência de declarações de voto avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. **11º. Ponto** – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para execução da empreitada de requalificação das antigas instalações desportivas dos Amigos de Lagoa, no valor global de 259.089,39€, com IVA incluído à taxa legal em vigor, sendo a despesa realizada no ano de 2023. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** informou que o município adquiriu também por comodato o espaço que há bastante tempo negociavam com o centro popular de Lagoa, achando que aquela matéria era conhecida de todos porque isso já foi alvo até de uma reportagem num jornal local. Aquando da extinção dos Amigos de Lagoa, ficou na escritura de dissolução do património que tinham, que era um pavilhão e os campos de ténis. Não sabe se teriam outros ou não, mas aqueles passavam para o centro popular de Lagoa, devendo estar ao serviço da população de Lagoa. A verdade era que verificaram que, nos últimos tempos, aquilo não acontecia, o pavilhão servia e serve de arrecadação, tendo tetos com amianto e, portanto não podia ser utilizado, muito menos por crianças. Disse ainda que os campos de ténis também não tinham qualquer utilização. Ainda fizeram uma proposta para a adquirir, «mas



naturalmente respeitam aquilo que é a decisão dos proprietários, e foi possível chegar a uma negociação por comodato e que passou também para a gestão da Câmara e para o património da Câmara por cinquenta anos». Acrescentou que face às razões apresentadas, importava revitalizar aquele espaço e pô-lo ao serviço da população, sendo a estratégia do executivo, construir quatro campos de Pádel e o processo estava a decorrer. «Estava a perguntar ao senhor vereador se já têm o relatório final, portanto, parece que desta vez e à terceira tentativa conseguiram arranjar alguém que fizesse a obra, não é fácil». Por outro lado, importava também substituir os tetos, retirar o amianto, recuperar aquele espaço. «A ideia é, como é um pavilhão mais pequeno, portanto, as medidas que tem é metade de um pavilhão normal, portanto um pavilhão normal, um recinto de jogo normal é quarenta por vinte, aquilo tem vinte por vinte, é um quadrado». Aproveitou para partilhar com os presentes que a ideia, a estratégia que tinham era que aquilo passasse a ser revestido depois com tatamis em permanência e que recebesse todas as modalidades que tinham que necessitavam de tatamis sem terem que estar a fazer aquele trabalho de mete tatami, tira tatami como acontecia na sala vinte e um do pavilhão municipal Jacinto Correia, em que aquele tira e põe muitas vezes levava a que aquilo se degradasse mais rapidamente. Portanto, a estratégia ou o objetivo era recuperar aquele espaço, pô-lo ao serviço dos clubes de Lagoa, à população de Lagoa, retirando aquelas modalidades da sala vinte e um do pavilhão e colocando ali naquele espaço. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo em seguida concedido a palavra ao senhor deputado municipal José Inácio Marques Eduardo. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **José Inácio Marques Eduardo**, perguntou se estava previsto remodelar e ampliar os balneários, porque não sabia se aquilo assim seria suficiente. -----

-----Luís António Alves Encarnação, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, respondeu que sim, achando que aquilo estava ali na proposta. Disse que nos desenhos havia também uma área para intervir que era para balneários. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, agradeceu a intervenção e na ausência de mais inscrições procedeu-se à votação. Foi assim colocado à votação o décimo primeiro ponto, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da



autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para execução da empreitada de requalificação das antigas instalações desportivas dos Amigos de Lagoa, no valor global de 259.089,39€, com IVA incluído à taxa legal em vigor, sendo a despesa realizada no ano de 2023. -----

-----Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

-----Na ausência de declarações de voto avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. 12º. Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para execução da empreitada de requalificação e criação do Espaço Gamboa no Convento de S. José, no valor global de 868.305,51€, com IVA incluído à taxa legal em vigor, sendo de 651.229,13€ no ano de 2023 e 217.076,38 € no ano de 2024. -----

----- **Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** informou tratar-se da segunda fase daquele projeto, o primeiro foi a concessão e execução do projeto que foi concluído, e naquele momento, depois de terem o projeto definido, a sua concessão e a proposta para a execução, importava lançar o procedimento para executarem aquilo que foi aprovado e definido com a intervenção que se pretendia fazer no espaço Manuel Gamboa no convento de São José. -----

----- **Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo em seguida concedido a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim José Martins Cabrita** disse que não estavam de acordo por uma razão muito simples, não estando contra a criação de um espaço Gamboa como era óbvio. O pintor, o nome e a figura mereciam destaque e mereciam que o município o valorizasse. Esclareceu que também não estavam contra a abertura do concurso, porque se era decisão da Câmara fazer teria que abrir o concurso. Contudo, não se reviam no projeto por duas razões. Primeiro, porque acham que



o projeto é suscetível de vir a criar uma grande confusão com o espaço enquanto convento de São José e de centro cultural, e espaço Gamboa, porque o projeto não é claro que seja uma parte restrita, de alguma forma limitada, estende-se por todo o edifício, vai-se discutir se aquilo é o convento de São José, se aquilo é o espaço Gamboa. Acham que o município tem instalações, espaços próprios, «até papel em branco com margem de ser trabalhada muito mais do que um convento do início do século XVIII», que obviamente não está em causa, nem confundem que o que lá está hoje seja a réplica exata e fiel daquilo que era o convento do século XVIII. O espaço é claro que tem muitas partes que o são, também tem muitas que foram recriadas a partir daquilo que havia. Considerou que havendo alternativas para uma intervenção daquele tipo, não viam vantagem em fazê-la, para além de um segundo aspeto que era alguma confusão que lhes fazia, exatamente o que era o projeto e outras formas, passos e percursos que aquele tributo e aquela valorização da obra do pintor Gamboa poderia ter, com uma maior exposição a quem os visitava e que naquele espaço tinha alguma limitação pela dificuldade natural de captar o interesse das pessoas virem a um espaço que às tantas já não se sabia se era o convento de São José, ou se era o espaço Gamboa. Afirmou que aquela era a posição do partido e que a título muito pessoal queria fazer ali uma declaração de interesses, na medida em que tinha particular à vontade para assumir aquela posição que também era a sua, porque enquanto vereador já via uma ideia e um projeto de criar um espaço Gamboa em parte do espaço que, naquele projeto, estava no momento e na altura, exatamente por ter a posição que ali expressou, achou que não era a melhor forma de prestar tributo e que haveria outras que se tentaram implementar, acabando por não acontecer. Disse que queria que ficasse ali claro que não tinha nada contra o aço corten e as intervenções em aço corten previstas, por estar a andar a votar contra todas. No entanto, achava que o espaço Gamboa no convento de São José podia desvalorizar os dois espaços em vez de ser uma mais-valia. Referiu que cabia-lhes respeitar as outras opiniões, por um lado, e, por outro, também lhe cabia expressar a opinião do PSD que era aquela. -----

----- **Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal João André Nascimento Cabrita. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **João André Nascimento Cabrita** deixou claro em primeiro lugar que a CDU defendia a ideia da criação do espaço para



acolher as obras e o retrato da vida do mestre Gambôa. Contudo, o espaço escolhido, sendo aquele o convento de São José e conseqüentemente a sua requalificação para o mesmo, para poder dar fim, já era algo que não seguiam em frente com a mesma ideia. «O convento já é conhecido por acolher diversas exposições temporárias de outros artistas». Perguntou se a criação do espaço Gamboa iria ou não comprometer a continuidade daquelas exposições e se sim, se existia alternativa pensada para dar continuidade às outras exposições em questão. Questionou ainda se as obras de requalificação projetadas para o convento estavam projetadas unicamente com vista naquele projeto da intervenção Gamboa, ou se eram obras que já tinham previsão para serem realizadas independentemente do espaço Gamboa. Afirmou que o espaço do convento de São José tal como foi ali mencionado era um espaço já icônico ali dentro do município de Lagoa e perguntou se aquele era um espaço que estava assim tão subaproveitado que justificasse a colocação daquele espaço Gamboa no seu teor museológico dentro do convento em si, não acreditando que, por exemplo, do ponto de vista turístico houvesse muitas pessoas que viessem de fora com o propósito de visitar aquele espaço propriamente dito, achando que provavelmente mais rapidamente iriam à praia, tendo em conta o ponto de vista turístico do município. Mesmo do ponto de vista dos cidadãos, considerou que provavelmente aqueles iriam lá uma ou duas vezes e que se calhar não iria passar mais disso. Disse que tinha receio que se fosse criado lá aquele espaço se o mesmo não poderia vir a ser um espaço fantasma passado algum tempo. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** disse que aquilo foi um ponto que gerou alguma divergência de opiniões, porque aquela intervenção no espaço do convento não lhe parecia a ele particularmente nada boa ideia, e ainda por cima quando o primeiro ponto da ordem de trabalhos daquele dia tinha sido exatamente a aquisição daquele edifício lá em baixo, que iria ter que levar obras, teria que ser remodelado e iria estar pronto também em 24 que era o prazo de conclusão daquele. Afirmou que lhes parecia que seria muito melhor estudarem como é que se incluiria o espaço Gamboa no outro edifício, do que estar a fazer um apêndice ao convento, que ia sempre parecer ali uma excrescência que não lhe parecia bem, ainda por cima sendo



num edifício que estava qualificado «e, portanto, tem um espaço de proteção natural». Afirmou que ao contrário dos seus colegas de trás iriam-se abster, porque era uma decisão da Câmara, achando que faziam bem em pensar melhor no assunto. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos**, referiu que o documento que lhes foi enviado sobre aquele ponto dizia assim, «a Câmara deliberou remeter o assunto à Assembleia Municipal para a autorização prévia do compromisso plurianual», mas não dizia qual a votação dos respetivos, achando que o edifício do convento de São José tinha o necessário para homenagear o mestre Gamboa. Disse que não achavam que havia a necessidade de procurar modificar as características. «é um edifício antigo, claro que precisa de manutenção, de remodelação». Não concorda com o facto de estarem a modificar. Como discordavam por completo, explicou que iriam votar contra o ponto. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção, e disse que tinha a ideia que a declaração de voto do senhor vereador do PSD tinha sido enviada à posteriori por solicitação do senhor vereador. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal António Miguel Bicas Guerreiro. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **António Miguel Bicas Guerreiro**, afirmou que o Chega acreditava que iria desvirtuar totalmente o convento de São José, «que é um edifício histórico e muito simbólico do nosso concelho, da nossa cidade». Questionaram por que motivo a Câmara Municipal de Lagoa tendia a fixar-se em projetos aparentemente sem ideais, falando da casa da cidadania, perguntando se os autores dos projetos seriam os mesmos. Perguntou ainda por que motivo é que a Câmara Municipal de Lagoa não requalificava edifícios de traça típica do século XIX, ou mesmo inícios do século XX, onde estavam incluídas a maioria das instituições camarárias atualmente. Disse que gostariam ainda de questionar quanto do dinheiro público já foi gasto naquele projeto. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal. -----



-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação, disse que naquela matéria estavam mesmo em desacordo, porque para o executivo, aquilo tratava-se de uma obra que vinha a acrescentar valor ao convento de São José, vindo a criar sinergias «e o facto de já lá ter uma sala de exposições Manuel Gamboa, é porque as pessoas também já estão habituadas e já relacionam Manuel Gamboa com o convento de São José». Clarificou que de forma alguma aquele projeto vinha desvirtuar o que quer que fosse, «para já, a intervenção e noventa por cento da mesma é efetuada num espaço que foi criado em 1990. Não foi no século XVII ou XVIII, foi em 1990 e chegou a ser armazém das águas, confirmaram-me ainda há pouco ali, e é aí que nós vamos fazer intervenção». Acrescentou que também não vinha desvirtuar a identidade de Lagoa nem a sua memória, porque a parte do convento que tinha a identidade e a memória de Lagoa iria continuar lá exatamente como estava, tranquilizando os deputados. Assegurou não só que o autor do projeto nem sequer era o mesmo, mas também que o aço Corten era um tipo de material que estava na moda, tendo variadíssimas vantagens, logo fazia todo o sentido que fosse aplicado. Apesar de não ter conhecido toda a vida do Manuel Gamboa, lembrou-se de uma das poucas intervenções que teve a oportunidade e a felicidade de ver e de ouvir do Manuel Gamboa naquele mesmo local, no convento de São José, e se bem se recordava das palavras do mestre, aquilo que ele elogiou naquela altura foi o executivo, faltando ali alguns membros daquele executivo, naturalmente, mas era aquele executivo do Partido Socialista, elogiou a ousadia, a coragem e o pontapé no marasmo que estavam a dar em Lagoa, e o mestre era assim. Quem conheceu o mestre, quem conheceu Manuel Gamboa, quem conheceu a sua obra, sabia perfeitamente que, ao contrário do que se podia dizer, o mestre Manuel Gamboa devia estar muito orgulhoso por o seu espaço ter a dignidade que ia ter no centro da cidade num espaço e num equipamento que lhe era muito querido, onde já tinha uma sala de exposições com o seu nome, e mais, pela ousadia que ele tinha, também iria ficar satisfeito que aquele projeto tivesse também aquela ousadia. Aproveitou para deixar muito claro que aquilo não violava nenhuma norma de instrumento, de ordenamento do território do concelho, até porque naquela área aplicava-se a unidade de planeamento três, pelo menos até 31 de dezembro de 2023 e não o PDM. Por outro lado também, era uma obra que era acompanhada desde a sua génese, desde o tal estudo de concessão e execução, por um dos técnicos que tinham que mais estimava e se preocupava com aqueles e com outros espaços do concelho, que era o técnico Ismael Medeiros, considerando o



convento como uma espécie de seu filho. Garantiu que aquilo era importante e que ouviram tanto a opinião do Ismael, como a dos outros técnicos, estando perfeitamente salvaguardado o interesse arquitetónico do edifício, assim como daquilo que era a entidade de Lagoa. «O mestre Manuel Gamboa vai ter um espaço que vai dignificar a sua vida e a sua obra». Disse ainda e uma vez que estavam no último ponto da ordem de trabalhos que enquanto ouviu os senhores deputados e sem qualquer tipo de ofensa, aquilo que transmitiram fez-lhe lembrar aquela história do poeta Luís Vaz de Camões, porque o Manuel Gamboa era o Luís Vaz de Camões do município e o episódio do velho do restelo na estrofe noventa e quatro do quarto canto. Pediu autorização ao senhor Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa para terminar a sua intervenção com a leitura da estrofe noventa e quatro, recomendando aos deputados que lessem as outras a seguir. -----

-----«Mas um velho d'aspeito venerando,

-----Que ficava nas praias, entre a gente,

-----Postos em nós os olhos, meneando

-----Três vezes a cabeça, descontente,

-----A voz pesada um pouco alevantando,

-----Que nós no mar ouvimos claramente,

-----c'um saber só de experiências feito,

-----Tais palavras tirou do experto peito».

-----Aconselhou a que lessem as próximas estrofes, salientando que era uma questão de opção, visão, ousadia, daquilo que queriam para o concelho e daquilo que queriam fazer para promover um artista, honrando o seu trabalho, a sua vida, um artista que dizia muito a Lagoa. -----

-----**Pedro Alexandre Barradas Triberes de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim José Martins Cabrita** disse que iria ser rápido, dando uma nota que se tinha esquecido de dizer, afirmando que a bancada do PSD dava por reproduzida a declaração de voto do seu vereador, aderindo a ela como sua declaração de voto. Afirmou que gostaria também de registar o inusitado e a espontaneidade do senhor Presidente da Câmara que até já trazia o canto, por força daquilo que ali disseram que ele nem antevia nem antecipava, e em terceiro





e último lugar dizer que os descobridores portugueses foram muito importantes, mas aqueles que fizeram de Portugal o que ele é atualmente, foram os velhos do restelo que ali ficaram. «Concurso público para a empreitada de "Requalificação e criação do espaço Gamboa no Convento de S. José" -----

----- A posição sobre este projeto de requalificação do Convento de São José para receber o espaço Gamboa, mantém-se a mesma que já manifestada na reunião de 24 de Maio de 2021, na qual manifestamos a nossa discordância com a solução encontra para perpetuar a obra do grande artista Lagoense " MANUEL GAMBOA". -----

Porque é um contrassenso que para homenagear o Mestre Gamboa, seja necessário destruir a identidade do Convento de São José, imóvel integrado no património com interesse Arquitectónico, nas peças gráficas do PDM, na folha 2 da Planta de Ordenamento - Estrutura Ecológica Municipal. Na nossa posição não está, nem nunca estará a importância do artista que se quer homenagear, através da sua obra. Mas sim a forma e o local que é proposto utilizar para o fazer. Temos a certeza absoluta que o artista não quereria que destruíssem um dos edifícios mais emblemáticos e com uma carga histórica enorme do seu amado concelho, para o homenagear, sempre foi o propósito da sua vida criar a sua identidade, respeitando sempre as outras identidades. Que fique claro, que sempre, seremos a favor das homenagens, prova disso é que ao longo da vida do artista participamos e promovemos inúmeras homenagens, chegando a construir uma Galeria para divulgação da sua obra na Praia do Carvoeiro, que nunca viu a luz do dia por opções políticas, decorrentes da alteração da relação de forças no executivo municipal. Mas esta solução para além de alterar a identidade arquitectónica do edifício, retira ao mesmo parte da sua polivalência para receber inúmeras actividades. ISTO NÃO É PRESERVAR A MEMÓRIA DA NOSSA IDENTIDADE, perpetuada neste particular como Património Arquitectónico, que se encontra Identificado como imóvel integrado no património com interesse Arquitectónico, nas peças gráficas do mesmo PDM, na folha 2 da Planta de Ordenamento - Estrutura Ecológica Municipal. -----  
Como tal encontrando-se protegido por um conjunto de regras, perfeitamente expressas no artigo 200 do PDM Lagoa. Que não ficou demonstrado na documentação me facultada, quer escrita quer gráfica facultada, não cumprindo deste modo as regras que possam validar uma intervenção neste tipo de edifícios. Por todo o exposto a posição relativamente a esta matéria só pode ser a de o voto contra, para abertura deste concurso». -----



-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal João André Nascimento Cabrita. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **João André Nascimento Cabrita** afirmou que não foram exatamente respondidas as questões que ele colocou, nomeadamente se iria ou não comprometer outras exposições, se aquilo seria efetivamente cem por cento para o espaço Gamboa e se as obras de requalificação eram simplesmente projetadas para aquele espaço ou se já estavam planeadas. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal José Barroso Alves Pinto. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **José Barroso Alves Pinto** esclareceu que não ia fazer nenhuma intervenção, mas sim dar uma informação, referindo que a sua geração era obrigada a dividir as orações dos Lusíadas, portanto de Lusíadas estavam conversados. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** começou por responder ao deputado Alves Pinto que só se apaixonou pelos Lusíadas depois de sair do secundário. Posteriormente, pediu desculpa ao senhor deputado João Cabrita por não ter respondido às suas questões, assegurando que de forma alguma aquela intervenção iria colocar em causa as outras áreas de exposições que tinham no convento de São José. Disse que depois era necessário continuar a fazer a requalificação e a manutenção do convento, nomeadamente a questão da capela de São José, que já estava com vários problemas e que iriam continuar a ter que fazer aquele trabalho também no restante edifício. -----

-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e na ausência de mais intervenções procedeu-se à votação. Foi assim colocado à votação o décimo segundo ponto, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de



fevereiro, relativo ao concurso público para execução da empreitada de requalificação e criação do Espaço Gamboa no Convento de S. José, no valor global de 868.305,51€, com IVA incluído à taxa legal em vigor, sendo de 651.229,13€ no ano de 2023 e 217.076,38€ no ano de 2024. -----

-----Deliberação: Aprovada por maioria, com dezasseis (16) votos a favor do PS, três (3) abstenções do MLP e seis (6) votos contra (PSD 3, BE 1, CDU 1 e Chega 1). -----

-----Não se tendo registado declarações de voto, a Mesa propôs, como habitualmente, que a ata da presente sessão fosse aprovada em minuta, nos termos do disposto do Art. 34 n.º 4 do Código do Procedimento Administrativo e do Art. 57º n.º 3 do anexo 1 da Lei 65/2013, de 12 de setembro. A proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi dado o uso da palavra ao senhor Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato para leitura da ata em minuta. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal **Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, leu a seguinte minuta.

«Como notas prévias, o senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, comunicou e informou que o senhor Presidente da Assembleia Municipal justificou que, por motivos de estar fora do concelho, está impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, pelo que a mesma será presidida pelo primeiro Secretário. De forma a que a mesa ficasse completa, foi convidada a senhora deputada municipal Maria Licínia Lourenço para a mesa, para a função de segunda Secretária. O senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício deu início aos trabalhos da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Lagoa de 26 de outubro, saudando o senhor Presidente da Câmara, a senhora Vice-Presidente, as senhoras e os senhores vereadores, as senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores jornalistas, cidadãos presentes na sessão e cidadãos que assistam à transmissão através das plataformas digitais do município, bem como na Lagoa TV. Saudação e agradecimento aos técnicos e demais colaboradores do município que dão apoio necessário a esta sessão, assegurando as necessárias condições técnicas e de funcionamento, bem como garantindo a transmissão em direto da mesma. Um renovado agradecimento à Dra. Ana Bigodinho e à Vera Zeferino que continuam a garantir e a providenciar eficazmente todo o suporte administrativo. Foram lembradas a todos os presentes as recomendações e procedimentos, de forma a garantir um bom decorrer dos trabalhos, bem como a gravação da sessão em suporte vídeo e áudio, gravações que serão



publicadas no site da Assembleia Municipal de Lagoa e no Youtube do município de Lagoa, sendo esclarecido que a gravação em suporte áudio destina-se a apoio e elaboração da ata, igualmente destaque para a não permissão do registo de som e imagem sem autorização prévia da Mesa da Assembleia Municipal, exceto para os órgãos de comunicação social. A Mesa, embora ciente da natureza desta sessão da Assembleia Municipal e o seu enquadramento regimental, mas face à solicitação de disponibilidade da Câmara Municipal e por se tratar de uma temática de crucial importância para o concelho de Lagoa, propôs que seja analisado e deliberado a inclusão do 1º ponto da ordem de trabalhos com a seguinte redação, apreciação sob proposta da Câmara Municipal do estudo sobre a gestão patrimonial e infraestruturas da empresa LUSÁGUA de serviços ambientais S.A, tendo de seguida sido aberto período de análise e debate. Face à não intenção de intervenções, a proposta foi posta à votação e foi aprovada por unanimidade, com 25 votos a favor. Período de Intervenção dos Cidadãos, não houve nenhum período dentro dos prazos previstos. 2º ponto Período da Ordem do Dia, substituição de deputados municipais. Foram solicitados quatro pedidos de substituição, uma por parte do grupo municipal da CDU, duas por parte do grupo municipal do PS e uma por parte do grupo municipal do Chega, bem como a substituição do senhor vereador Francisco Martins do Movimento Lagoa Primeiro, pela senhora vereadora Rita Ruivinho. 1º ponto da ordem de trabalhos, apreciação sob proposta do estudo de gestão patrimonial e infraestruturas da empresa LUSÁGUA. Para apresentação da proposta, foi dada palavra ao senhor Presidente da Câmara, que enquadrou e delegou a apresentação pormenorizada na senhora engenheira Catarina Sousa, da empresa responsável pelo estudo, que a efetuou por videoconferência. A mesa agradeceu a apresentação eloquente da senhora engenheira Catarina Sousa e abriu período de análise e debate, verificando-se uma intervenção por parte do grupo municipal do PSD, deputado municipal Joaquim Cabrita. Face à ausência de mais intervenções, foi concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara para resposta e esclarecimento às questões suscitadas. 2º ponto da ordem de trabalhos, autorização do prédio urbano sito na cidade de Lagoa. A Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentação da proposta, aberto período de análise e debate verificaram-se duas intervenções, uma por parte do grupo municipal do PSD, deputado municipal Joaquim Cabrita e Movimento Lagoa Primeiro, deputado municipal José Alves Pinto. A Mesa concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para respostas e esclarecimentos e o ponto foi colocado à votação, tendo sido



aprovado por unanimidade, com 25 votos a favor. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. 3º ponto da ordem de trabalhos, apreciação e deliberação sob proposta da Câmara para a autorização para a celebração do contrato interadministrativo, delegação de competências de gestão da casa mortuária de Ferragudo entre o município e a Junta de Freguesia de Ferragudo. A Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para defesa da proposta, foi aberto período de análise, houve uma intervenção por parte do grupo municipal do PSD, deputada municipal Telma Viana. O terceiro ponto foi aprovado por unanimidade, com 25 votos a favor. 4º ponto da ordem de trabalhos, apreciação e deliberação sob proposta da Câmara de nomeação de um auditor externo. A Mesa abriu período de análise e debate, nenhuma intervenção foi solicitada, o quarto ponto foi aprovado por maioria, com 24 votos a favor e uma abstenção do grupo municipal do Chega. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. 5º ponto da ordem de trabalhos, autorização de compromisso plurianual para concurso público e execução e empreitada da requalificação da rede de iluminação pública da vila de Estômbar. O senhor Presidente defendeu a proposta, foi aberto período de análise e debate, duas intervenções, uma por parte do grupo municipal do PSD, deputada municipal Telma Viana e grupo municipal do Chega, deputado municipal António Guerreiro. Posto à votação, o quinto ponto foi aprovado por unanimidade sem declaração de voto. 6º ponto da ordem de trabalhos, autorização prévia do compromisso plurianual para a prestação de serviços de recolha de resíduos urbanos indiferenciados e biorresíduos, bem como lavagem de contentores. O senhor Presidente defendeu a proposta e manifestou interesse em defender o sexto e o sétimo ponto em conjunto. A Mesa propôs como metodologia que o sexto e o sétimo ponto fossem analisados em conjunto e votados em separado, proposta que foi aprovada por unanimidade. Aberto período de debate para os sexto e sétimo pontos, houve quatro intervenções, uma do grupo municipal do Bloco de Esquerda, deputado municipal Jorge Ramos, grupo municipal do Chega deputado municipal António Guerreiro, grupo municipal da CDU, deputado municipal João Cabrita e grupo municipal do PSD, deputado municipal Joaquim Cabrita. O senhor Presidente da Câmara esclareceu e elucidou as questões suscitadas, o sexto ponto foi posto à votação, foi aprovado por maioria com 23 votos a favor, 16 do PS, 3 do PSD, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, um do Chega e 2 votos contra, um da CDU e um do Bloco de Esquerda. Sétimo ponto posto à votação, foi aprovado por unanimidade. Quer no sexto, quer no sétimo, nenhuma declaração de voto foi apresentada.



8º ponto da ordem de trabalhos, compromisso pré-anual para concurso público e execução de empreitada e instalação de sistema de iluminação desportiva no campo Josino da Costa. O senhor Presidente defendeu a proposta, foi aberto período de análise e debate, nenhuma intervenção, o oitavo ponto foi posto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com 23 votos a favor, 1 abstenção do Chega e um deputado municipal do PS não participou na votação por estar ausente da sala. Portanto, o universo de votação foi 24 votos. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. 9º ponto da ordem de trabalhos, revogação e deliberação sobre o concurso público execução de empreitada de construção de beneficiação de estradas e caminhos rurais. O senhor Presidente apresentou como sugestão e a Mesa apresentou como metodologia que o nono e o décimo ponto fossem analisados em conjunto e votados em separado, metodologia que foi aprovada por unanimidade. O senhor Presidente da Câmara defendeu as propostas, nenhuma intenção de intervenção. Posto à votação o nono ponto foi aprovado por unanimidade e o décimo ponto foi aprovado por unanimidade. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. 11º ponto da ordem de trabalhos, autorização prévia do compromisso plurianual concurso público e execução da empreitada de requalificação das antigas instalações desportivas dos Amigos de Lagoa. O senhor Presidente defendeu a proposta, houve uma intervenção por parte do grupo municipal do PSD, deputado municipal José Inácio. O senhor Presidente da Câmara esclareceu a questão suscitada, o décimo primeiro ponto posto à votação, foi aprovado por unanimidade, nenhuma declaração de voto foi apresentada. 12º ponto, autorização prévia de compromisso plurianual para concurso público de execução de empreitada de requalificação da criação do espaço Gamboa, convento de São José. O senhor Presidente da Câmara defendeu a proposta, houve oito intervenções em duas rondas, duas do grupo municipal do PSD, deputado municipal Joaquim Cabrita, duas do grupo municipal da CDU deputado municipal João Cabrita, duas do grupo municipal do Movimento Lagoa Primeiro, deputado municipal José Alves Pinto, uma do grupo municipal do Bloco de Esquerda, deputado municipal Jorge Ramos e uma do grupo municipal do Chega, deputado municipal António Guerreiro. O senhor Presidente da Câmara esclareceu as questões suscitadas nas duas rondas. O décimo segundo ponto posto à votação, foi aprovado por maioria com 16 votos a favor, 6 votos contra, 3 do PSD, 1 do Bloco de Esquerda, 1 da CDU e 1 do Chega e 3 abstenções do Movimento Lagoa Primeiro. O PSD manifestou que a sua declaração de voto seria com o mesmo teor da apresentada pelo senhor vereador na Câmara Municipal». -----



-----**Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, questionou se haveria pedidos de intervenção para alguma retificação, reparo ou correção à ata apresentada. Na ausência de pedidos de intervenção sobre a matéria, procedeu-se à votação da ata em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. Encerrou a sessão, agradecendo a todos os Deputados Municipais a sua presença. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato

O 1º Secretário,

Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes

A 2ª Secretária,

Maria Licínia Mendes Lourenço

